



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



Digo essas coisas porque acho que o Brasil precisa começar a repensar o que está acontecendo com ele próprio para poder ter confiança no seu futuro.

Muitas dessas questões, que passam como se não fossem de significação, quando são comparadas, se vê a importância que têm, quando se compara com o que acontece com outros países, nas mesmas condições é que se pode verificar o imenso esforço que está sendo feito.

Já tenho me referido em outras ocasiões, e reitero agora, que na questão agrária nós distribuímos lotes de terra para quase 500 mil famílias. Isto é o dobro do que foi feito em toda a História do Brasil.

Evidentemente, há problemas, há distorções, há situações delicadas. Mas a verdade é que, dentro dos limites de um país que está se ajustando, do ponto de vista fiscal, que está enfrentando crises financeiras a, no mínimo, cada dois anos, o esforço social tem sido considerável. Esse esforço é alguma coisa que não é feita com um sentido do imediatismo, para mostrar, agora, que os resultados de uma ação educacional ou mesmo de uma ação de saúde pública se desenrolam no decorrer de décadas e vão beneficiar as gerações futuras, aquelas que hoje estão nas escolas e não a geração atual.

Além disso, temos que prestar atenção a certos problemas dos quais há, da parte do próprio Governo, um reconhecimento de falta de iniciativas maiores.

A segurança pública é uma questão que, realmente, eletriza e mobiliza a população. E é verdadeira, nos grandes centros urbanos, a sensação de insegurança. Há problemas de toda ordem. A segurança pública, constitucionalmente, é de atribuição dos governos estaduais e não do Governo Federal. O Governo Federal tem uma ação supletiva nesta matéria.

O que nós estamos fazendo, supletivamente? Basicamente, estamos atuando em duas áreas fundamentais. Uma diz respeito à construção de presídios, porque para isso há recursos federais. Espero ser possível, no ano que vem, simbolicamente, na verdade, fazê-lo: implantar o Complexo do Carandiru. Estamos construindo um número muito grande de penitenciárias em São Paulo, uma boa parte com

dinheiro federal e outra parte com dinheiro federal e do Governo de São Paulo. Não é só em São Paulo, mas em São Paulo é onde aparecem, de uma maneira mais nítida, a necessidade e a disposição de fazer.

Criamos um Plano Nacional de Segurança Pública. Não é um plano de repressão. É um plano complexo. É um plano ao qual está diretamente ligado o Gabinete de Segurança Institucional, sob a chefia do General Alberto Cardoso. E é um plano que tem a ver com o Ministério da Justiça, com a Polícia Federal e tem a ver, também, com ações sociais para o restabelecimento de condições de coesão social, de valorização do ser humano, da família, enfim, do combate, portanto, ao crime organizado e à droga. Mas, repito, não apenas de forma repressiva, que é atividade mais diretamente das polícias estaduais ou da Polícia Federal, mas, também, em termos de uma ação social coordenada.

Isso está sendo feito aqui em Brasília, na região do Entorno de Brasília, inclusive, levando a um relacionamento entre o Governo do Distrito Federal e o Governo de Goiás. Isso será feito no Rio de Janeiro, no Espírito Santo, em São Paulo e em várias outras regiões. De qualquer forma, a questão da segurança pública nos preocupa. Ainda temos muito o que fazer nessa matéria.

Isso tudo se faz, naturalmente, no pressuposto da democracia. No pressuposto, portanto, de uma sociedade que demanda muito e que deve demandar cada vez mais. E que requer, crescentemente, que se preste contas do que está sendo feito. E que não tolera – nem deve tolerar – a corrupção, os desvios, todas essas formas de malignidade que corroem, às vezes, o aparelho do Estado, corroem a mínima crença do povo nas instituições, o que é ruim numa democracia.

É preciso, portanto, o tempo todo, simultaneamente, não apenas fazer, mas dizer o que se faz e mostrar por que se fez e prestar contas do que se fez. Isso será crescentemente feito assim no Brasil. Estamos passando por um momento em que assistimos, ao mesmo tempo, digamos assim, à deterioração – ainda bem – das velhas situações oligárquicas, do clientelismo, do mandonismo local, que estão sendo substituídos pelas formas de democracia representativa.

Mas, ao mesmo tempo, assistimos a uma sociedade que demanda muito e que, portanto, não se conforma, simplesmente, com a existência de mecanismos formais de democracia e exige participação, exige uma presença mais ativa de organizações da sociedade no processo decisório e quer, crescentemente, participar das decisões, da análise e da crítica dos resultados das políticas públicas. E tem, naturalmente, na mídia um instrumento fundamental de interação. Portanto, é uma sociedade extremamente alerta, extremamente ativa, o que faz com que a cobrança quanto à velocidade das ações seja muito grande, nem sempre compatível com a disponibilidade de recursos, não só financeiros, mas humanos, para atender a essas demandas.

Mas isso é positivo. É um sinal muito claro de que se trata de uma sociedade que se mobiliza. Nesse sentido, falando não apenas em termos estruturais, mas em termos conjunturais, é de ver o que aconteceu, recentemente, com a questão da crise energética. Estou, hoje, até rouco de tanto que falei de crise energética, porque tivemos uma reunião da Câmara de Gestão da Crise e, depois, tive uma discussão pública sobre a matéria.

Há, aí, nesse momento de crise, lições a serem aprendidas também. Por um lado, a resposta da sociedade foi realmente comovedora, o que mostra esses momentos de transformação de uma sociedade que é crescentemente exigente e que é marcada, como a sociedade contemporânea o é, por uma individualização crescente, ou seja, cada pessoa quer alguma coisa. É uma sociedade que se torna, aparentemente, mais abstrata no seu relacionamento, que não tem tanto relacionamento comunitário face a face. Talvez este momento seja o momento em que a sociedade mais requer o oposto disso, ou seja, o sentimento de participação, de comunidade, de coesão. Foi o que se viu agora, no Brasil, quando a resposta da sociedade à dificuldade da crise energética foi extraordinária. A população participou ativamente, espontaneamente, porque, na verdade, muito antes da existência de qualquer mecanismo efetivo de coação, já houve a disposição de realizar o esforço de racionamento necessário.

Então, isso demonstra que este país tem um potencial humano muito forte, capaz de responder às demandas que vão além do interesse individual. Tem uma dimensão de solidariedade, uma proposta de generosidade, que é o que marca uma grande nação. Não se faz uma grande nação se ela não tem essa disposição de dar, além do seu interesse, alguma coisa ao coletivo, seja na paz, seja na guerra. É a mesma coisa, no fundo. Ou há a disposição de se entregar para avançar, entregar no sentido da generosidade, do trabalho, ou, então, não se avança. E, no Brasil, existe esse potencial imenso de cooperação. Vimos isso várias vezes. Vimos isso no passado, nas tentativas de coibir a inflação, no Plano Cruzado, no Plano Real, na desvalorização da moeda. E estamos vendo isso agora, de novo, na crise energética. Isso é algo que tem que ser muito valorizado, tanto quanto o que conseguimos fazer em indústria, em agricultura, em exportação, em desenvolvimento científico. Isso é o tecido fundamental da sociedade. Esse tecido tem a capacidade de higidez necessária para que o país avance.

Mas devo dizer também que, ao mesmo tempo em que a sociedade deu essa demonstração, o Estado deu a demonstração também da sua capacidade de reação. Participei hoje da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica. Há uma exposição que está sendo feita ainda. Fiz a parte inicial, explicando à opinião pública o que foi feito realmente neste mês de crise energética. Isso mostra que temos capacitação técnica e temos a possibilidade de, uma vez desafiadados, responder ao desafio, a um ponto tal que, se no início alguns já pensaram em “apagão” – eu nunca aceitei a idéia –, hoje, a idéia de que vamos poder superar a crise sem “apagão” já começa a se concretizar, não nos nossos corações e mentes, mas nos fatos, na resposta que houve, efetivamente, no que diz respeito aos reservatórios, que mantiveram um nível bastante razoável, nas medidas que foram tomadas, que estão sendo implementadas para fazer com que possamos voltar a ter esses reservatórios num nível de maior confiabilidade.

Não quero entrar em detalhes, mas seria conveniente que se refletisse um pouco sobre todo esse processo, inclusive sobre as primeiras reações de todos nós, as percepções – nem sempre corretas – de que o

problema teria sido de não investimento. Não é verdade. Ou que o problema teria sido da questão da falta de velocidade nas termelétricas. Houve falta, mas não é a questão. A questão fundamental teria sido, talvez – espero mais análises –, o problema do uso da água, porque o nosso sistema energético é basicamente hídrico, 92%, vai continuar sendo. Se tivemos êxito no programa de termeletricidade, vamos acrescentar 3% nessa matriz, muito pouco ainda. De qualquer maneira, o uso, portanto, desses reservatórios tem que ser feito de uma forma, digamos, mais consciente quanto aos graus de exigência das reservas.

Mas a crise é a oportunidade, como se vê, como se viu agora, dessa resposta popular e da capacidade de o Estado atuar. Mas é também um momento em que se permite fazer com mais velocidade o que se faria mais devagar. Temos como capacidade de biomassa para poder gerar energia – eu disse hoje – 1.000, 2.000 megawatts só em São Paulo. E o Secretário de Energia de São Paulo reagiu e disse que eram 4.000 megawatts. Quatro mil megawatts correspondem a Tucuruí. Quer dizer, é possível utilizar o bagaço da cana e fazer álcool em Tucuruí, num prazo relativamente curto, com a condição de que certas medidas sejam tomadas e que nunca tinham sido tomadas. Agora vão ser tomadas porque a necessidade, muitas vezes, faz com que a gente ande muito mais depressa do que nos momentos de tranquilidade.

De qualquer forma, eu não queria deixar também de dizer uma outra palavra – além dessas transformações da minha crença, que é inegotável, na capacidade deste país de avançar – ainda sobre um outro aspecto que também tem a ver com a formação da nossa nacionalidade, que tem a ver com o nosso futuro.

Eu disse que estamos, hoje, desafiados a participar de um mundo que se globalizou, que é assimétrico e que nós temos que tomar decisões que têm largo alcance. Nesta matéria, o Brasil tem uma política muito clara. A primeira diz respeito a que nós, pelos nossos interesses estratégicos, somos um país que tem que se relacionar em nível global e não só em nível hemisférico.

Globalmente pensando, o Brasil não pode se limitar a ser um ator, embora importante, no plano regional só. Temos que manter uma política aberta. Política aberta implica que nós tenhamos que manter, naturalmente, relações com os Estados Unidos, que no nosso hemisfério é o país que tem predominância, e no mundo também. Mas significa que o Brasil tem que ter relações muito próximas com a União Européia e com países que têm e terão peso provavelmente crescente no decorrer do século. Eu me refiro à China, à Índia, ao Japão. São países que, podemos dizer, fazem parte do cenário futuro.

O Brasil tem que ter uma posição de relacionamento aberto com esses países. E nós a temos. Temos com a China acordos tecnológicos importantes. Fazemos força para penetrar no mercado chinês. Ajudamos a China a entrar na OMC e temos um relacionamento, eu diria, privilegiado com a China. Com o Japão já temos há muito tempo. São investidores antigos, tradicionais, no Brasil. Tinha esmorecido um pouco o nosso relacionamento.

Retomamos o relacionamento com o Japão. E eu mencionei um fato que tem importância: o Japão está financiando o desenvolvimento do petróleo através da Petrobras. E 5 bilhões de dólares são uma massa de recursos apreciável. Se o Brasil não tivesse esse tipo de relacionamento e confiabilidade como um país que se respeita e se faz respeitar, não teríamos esse acesso ao Japão.

Com a Índia, que sempre foi um pouco mais refratária ao relacionamento, pelas razões de ser um país grande, como nós próprios e, portanto, muito fechado nos seus próprios problemas, nós, ultimamente, aceleramos os nossos contatos, mormente no campo da medicina, na produção de genéricos, que é outra matéria de alto significado que estamos apoиando fortemente. A Índia hoje tem esse relacionamento. Ainda hoje, esteve comigo o Ministro de Desenvolvimento Científico da Índia. Recentemente, estive com o Ministro do setor de tecnologia da informática da Índia. E estamos aproximando muito, nessas áreas específicas, o nosso relacionamento com a Índia.

Com a União Européia, temos buscado, incessantemente, acordos comerciais. Temos protestado também, incessantemente, contra o

protecionismo, tanto da União Européia quanto dos Estados Unidos. Não perdemos uma oportunidade para, como governo, sermos firmes no protesto contra a discriminação no acesso a esses mercados.

Está no Brasil, neste momento, o Doutor Pascal Lamy, que é o principal representante comercial da União Européia. Suponho que entre hoje e amanhã falarei com ele. Se não falar, o Ministro do Exterior e o Ministro da Fazenda devem falar, porque estamos nos preparamo para negociações de acordos de livre-comércio com a União Européia.

Obviamente, na União Européia, alguns países têm uma relação muito especial conosco. Uma coisa importante a ser assinalada nessa conjuntura é o fato de que, como costume dizer, a Europa latina redescobriu a América Latina. Os investimentos da Espanha no Brasil, hoje, são o segundo maior investimento estrangeiro no Brasil. Portugal, pequeno que é, tem, hoje, um investimento importante no Brasil. A França retomou investimentos aqui. A Itália, também. Tradicionalmente, os europeus que investiam aqui eram os alemães, os suecos e os ingleses. Não deixaram de investir. Mas o crescimento do investimento latino na América Latina foi muito considerável, a um ponto tal que, recentemente, o presidente de uma das grandes empresas da Espanha, a Telefonica, esteve comigo e me disse que o seu investimento aqui corresponde a 35% do total dos negócios da Telefonica e que ele prevê, para muito pouco tempo, que o Brasil ultrapasse a Espanha em termos dos seus interesses e, quem sabe, o *Headquarter*, como chamam eles, o quartel-general da empresa, vá para São Paulo. Antes, já esteve em Miami. Isso mostra quanto está havendo uma dinamização do relacionamento com a Espanha. E não é só a Espanha. Toda a Europa.

Mas também é indiscutível que essa nossa política toda tem um embasamento territorial. Política externa tem muito a ver com geografia. A nossa geografia é sul-americana. E, em matéria de América do Sul, a nossa posição é muito clara de fortalecimento do Mercosul, com todas as dificuldades que existem, como agora. Sempre temos um ou outro problema. Mas o fato é que, do ponto de vista dos interesses estratégicos do Brasil, o fortalecimento do Mercosul é algo

fundamental. Fundamental por quê? Fundamental, primeiro, pela relação de irmandade, que é necessário manter nas nossas vizinhanças, em termos inclusive da nossa segurança. Fundamental porque são mercados de fácil acesso. Fundamental porque os grandes investimentos, hoje, no mundo, nesta área, ou se dirigiram para o Brasil ou para o México – mais para o Brasil do que para qualquer outro país. Ou bem temos uma integração que permita que os demais países participem desse processo ou vai haver um processo de separação que não é conveniente, a longo prazo, para os interesses brasileiros. Para os interesses brasileiros convirá uma Argentina mais dinâmica e, portanto, mais integrada ao Mercosul, bem como aos demais países da região.

Eu disse que temos que ter uma visão planetária, global. Mas temos que ter, no que diz respeito à nossa geografia, uma visão que também não se pode limitar ao Mercosul. Por isso, convidei os Presidentes de todos os países da América do Sul – e foi a primeira vez que se fez isso na nossa História – para estarem aqui e para organizarmos também outro foro, que está marcado, dos países da América do Sul, porque precisamos de uma integração na América do Sul.

Visando a essa integração, não só com o Mercosul, mas com a América do Sul, pedimos ao Banco Interamericano de Desenvolvimento que fizesse, com relação à América do Sul, o que estamos fazendo no Brasil com o nosso Programa Avança Brasil, ou seja, a definição de eixos de integração que permitam uma concentração de esforços e que tenham uma sinergia. No caso da América do Sul, essa integração é pensada como uma integração basicamente de infra-estrutura, infra-estrutura de energia. Precisamos da energia que virá da Argentina, do Paraguai, da Bolívia, da Venezuela e de onde mais seja, porque o Brasil, como cresce, tem fome de energia e vai ter fome crescente.

O gasoduto, hoje, nos une à Bolívia. E a Petrobras está atuando muito na Bolívia. Creio que 20% das reservas de gás da Bolívia são da Petrobras. E o gasoduto, também. Queremos que haja outros participantes e queremos também que esse desenvolvimento não seja um desenvolvimento que não beneficie a Bolívia. Temos duas refina-

rias lá manejadas por bolivianos – um brasileiro só em cada uma das refinarias. Queremos que haja uma petroquímica na Bolívia, embora com capitais também brasileiros, porque acreditamos que é preciso que haja uma distribuição do bem-estar, do crescimento em termos não só do Brasil, mas dos países que são nossos vizinhos.

Portanto, é integração energética e integração viária também. Estamos fazendo um esforço grande nesse sentido com a Bolívia. A duplicação da Rodovia Fernão Dias é por causa do eixo que vai até Buenos Aires. Estamos fazendo a integração no Norte com dificuldades orçamentárias, mas estamos fazendo.

Enfim, o BID está definindo, vai definir as quatro principais áreas de integração: infra-estrutura, energética, viária e de telecomunicações. E tão importante quanto isso é a definição de marcos regulatórios e de um processo legal que seja comum e que permita muito mais esse entrosamento.

Isso não se faz com o objetivo apenas de fortalecer o mercado, de ganhar dinheiro. Isso se faz com o objetivo de criar um clima, na nossa sub-região, da América do Sul, favorável à paz, favorável aos entendimentos recíprocos, favorável à presença do Brasil, que seja uma presença não malvista na região, mas uma presença, ao mesmo tempo, discreta e efetiva em toda a região, assim como nós queremos que haja presença daqueles que são nossos vizinhos aqui no nosso espaço.

Fazemos isso, portanto, com o objetivo, que é claramente estratégico, de uma integração como a Europa fez. A União Européia começou, há 50 anos e não há 10, como o Mercosul, fazendo uma integração da bacia carbonífera. Fez a integração do gás; fez a integração das vias de comunicação; fez a integração, finalmente, do marco econômico. Mais tarde, quem sabe, do marco político. Temos, portanto, uma visão de política externa que é compatível com o nosso projeto nacional de desenvolvimento, que é um projeto que não é autárquico, que é um projeto aberto, mas é um projeto que visa a preservar os legítimos interesses do Brasil.

Esses interesses se preservam através desse conjunto de ações, mas se preservam, também, fundamentalmente – por isso comecei por aí –

com o crescimento econômico dentro das possibilidades, com a expansão de uma rede social efetiva, para que as populações mais carentes possam ser integradas, progressivamente, ao Brasil. E, sobretudo, para que tudo isso seja feito dentro de um marco de democracia.

Eram essas as poucas palavras que eu queria, muito brevemente e quase afônico, ter o prazer de dirigir-lhes e dizer que, no fundo, o que eu quero dizer é uma coisa só: continuem firmes confiando no Brasil. Vale a pena. O País merece. O País é um grande País e tem todas as condições para avançar muito mais do que já avançou até hoje.

Muito obrigado.